

A REVOLUÇÃO TELEVISIONADA: A
COBERTURA JORNALÍSTICA DO CONTROLE DO
DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

*THE TELEVISED REVOLUTION: JOURNALISTIC
COVERAGE OF DEFORESTATION CONTROL
IN THE BRAZILIAN AMAZON*

*LA REVOLUCIÓN TELEVISIONADA: COBERTURA
PERIODÍSTICA DEL CONTROL DE LA
DEFORESTACIÓN EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA*

*Silvio Eduardo Alvarez CANDIDO**

*Julia Ortolani BARBOSA***

*Gustavo Mendonça FERRATTI****

RESUMO: O trabalho analisa a cobertura midiática brasileira acerca do desmatamento da Amazônia entre os anos de 1997 e 2018. O período da análise foi marcado pela implementação de políticas públicas e de iniciativas privadas que contribuíram para uma significativa redução da devastação florestal. Buscou-se compreender a produção midiática no âmbito da dinâmica de estabilidade e mudança social. Recorremos a técnicas de análise textual computadorizada para analisar um *corpus* extraído da base de dados Factiva. Foram identificados padrões de frequência de publicações, termos mais utilizados e realizadas modelagem de tópicos e reconhecimento de entidades nomeadas. A análise considerou a dinâmica da produção de diferentes veículos de mídia e ao longo de diferentes mandatos presidenciais. Os resultados confirmam tendências homogeneizadoras e despolitizadas da cobertura midiática. Eles indicam, entretanto, que a dinâmica dessa produção pode se alterar no âmbito da cobertura de conflitos públicos entre elites.

* Professor de Estudos Organizacionais e Sociologia Econômica do Departamento de Engenharia de Produção e dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Administração e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5275-6577>. Autor para correspondência: seacandido@ufscar.br

** Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

*** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-3132-5118>

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Desmatamento. Mídia. Análise Textual. Políticas Ambientais.

ABSTRACT: *This paper analyzes Brazilian media coverage of deforestation in the Amazon between 1997 and 2018. This period was marked by the implementation of public policies and private initiatives that contributed to a significant reduction in forest devastation. Computerized textual analysis techniques were used to analyze a corpus extracted from the Factiva database. We identified publication frequency, most frequently used terms, and performed topic modeling and recognition of named entities. The analysis considered the production of different media outlets and throughout different presidential terms. The results confirm homogenizing and depoliticizing trends in media coverage. They indicate, however, that the dynamics of this production may change within the scope of coverage of conflicts between elites.*

KEYWORDS: *Amazon. Deforestation. Media. Textual Analysis. Environmental Policies.*

RESUMEN: *El artículo analiza la cobertura mediática brasileña de la deforestación en la Amazonía entre 1997 y 2018. El período de análisis estuvo marcado por la implementación de políticas públicas e iniciativas privadas que contribuyeron a una reducción significativa de la devastación forestal. El objetivo era comprender la producción mediática dentro de la dinámica de la estabilidad y el cambio social. Utilizamos técnicas de análisis textual computarizado para analizar un corpus extraído de la base de datos Factiva. Se identificaron los patrones de frecuencia de publicación y los términos más utilizados y se realizó el modelado de temas y el reconocimiento de entidades nombradas. El análisis consideró la dinámica de producción en diferentes medios de comunicación y en diferentes períodos presidenciales. Los resultados confirman tendencias homogeneizadoras y despolitizadoras en la cobertura mediática. Indican, sin embargo, que la dinámica de esta producción puede cambiar en el ámbito de la cobertura de los conflictos entre las élites.*

PALABRAS CLAVE: *Amazonía. Deforestación. Medios De Comunicación. Análisis Textual. Políticas Ambientales.*

Introdução

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, o desmatamento da Amazônia brasileira, desencadeado a partir dos anos 1960 por políticas públicas que impulsionaram a colonização e a produção agropecuária na região, parecia poder ser finalmente controlado. Entre 2004 e 2012, a devastação caiu cerca de 80%, o que decorreu sobretudo da implementação do Plano de Ação para a Prevenção do

Controle do Desmatamento na Amazônia Legal pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Candido et al, 2023; West; Fearnside, 2021; Mello; Artaxo, 2017). O estabelecimento de acordos privados de redução do desmatamento envolvendo grandes empresas da cadeia da soja e da pecuária, organizações ambientalistas e autoridades públicas também contribuíram significativamente para essa conquista (Candido, 2023; Nepstad, 2015; Gibbs et al, 2016).

O controle do desmatamento envolveu acirradas disputas políticas envolvendo agentes do campo do poder (Bourdieu, 1998; Candido et al, 2023; Candido, 2023). O campo jornalístico teve um papel chave nessas dinâmicas. Ao selecionar, enquadrar e narrar acontecimentos, concedendo ou negando acesso aos agentes sociais e suas visões, a mídia foi decisiva na construção de representações sociais dos processos de mudança.

Nosso trabalho analisa a cobertura da imprensa brasileira acerca do desmatamento da Amazônia entre 1997 e 2018. Buscamos compreender as representações jornalísticas das disputas envolvidas na redução do desmatamento, considerando, particularmente, como essas se alteraram diante da dinâmica da estabilidade e da mudança social. Recorremos a técnicas de análise textual computadorizada para analisar um *corpus* extraído da base de dados Factiva. Foram identificados padrões de frequência de publicações, termos mais utilizados e realizadas modelagem de tópicos e reconhecimento de entidades nomeadas. A análise considerou a dinâmica da produção de diferentes veículos de mídia e ao longo de diferentes mandatos presidenciais.

Diferentemente do que prevê os famosos poema e música de Gil Scott-Heron, ao qual nos referimos no título do artigo, nossa análise demonstra que importantes mudanças sociais podem repercutir na produção midiática. Em linha com as propostas de autores da sociologia dos escândalos (De Blic; Lemieux, 2005; Grün, 2018) e da teoria das movimentos sociais (Gamson; Wolfsfeld, 1993; Mcadam; Mccarthy; Zald, 1996), verificamos que o campo jornalístico capturou a dinâmica da mudança social ao repercutir contenciosos decisivos, que colocaram à prova o apoio implícito à expansão da produção agropecuária sob a floresta, impulsionando a capacidade de órgãos da “mão esquerda” do Estado de limitá-la pela implementação da legislação ambiental.

Nossa análise contribui para a literatura sobre a cobertura jornalística acerca das questões socioambientais na Amazônia. Esses estudos abordaram como a mídia retrata o processo de destruição da maior floresta tropical do planeta. Palmer (1996), por exemplo, mostrou como a mídia internacional foi chave na constituição da representação do desmatamento da Amazônia como um problema ambiental global. Costa (2016) e Mangas e Costa (2022) mostram que a cobertura jornalística sobre o tema é marcada por um alarmismo, abordando as causas e as consequências do desmatamento de maneira superficial, sem contribuir efetivamente para a formação

dos cidadãos e para a construção de políticas efetivas. Ladle et al (2010), Braga e Marinho (2023) e Andrus e Waters (no prelo) comparam a cobertura das mídias brasileira e estrangeira, identificando, ao mesmo tempo, semelhanças importantes nas coberturas e a ocorrência de alterações de enquadramento que refletem diferentes níveis de enraizamento e o envolvimento do campo midiático com as dinâmicas reportadas.

Ainda que esses estudos tragam contribuições importantes, eles desconsideram como a cobertura se relaciona com contextos políticos e históricos concretos, associados à dinâmica do campo do poder. Uma exceção é o interessante estudo de Santiago (2024), que investiga como reportagens publicadas durante anos eleitorais recorrem a dados numéricos associados ao índice de desmatamento. A autora mostra como a pauta jornalística sobre a Amazônia é influenciada pela dinâmica do campo político. Dialogando com pesquisas anteriores sobre as relações políticas envolvidas no controle do desmatamento (Candido et al, 2023; Candido, 2023; Candido, 2025), o artigo considera a relação da arena jornalística com outros campos em um período marcado pela implementação de políticas públicas e de iniciativas de movimentos sociais que contribuíram para uma significativa redução da devastação florestal.

O artigo está estruturado em quatro partes além desta introdução. Na seção seguinte, revisamos brevemente a literatura sociológica que trata da dinâmica da produção midiática em momentos de estabilidade e mudança social, abordando particularmente como o conflito entre elites pode alterar convenções jornalísticas. Em seguida, descrevemos o método adotado em nossa pesquisa empírica, que se baseou em técnicas de análise textual computadorizada. Nas seções seguintes, nossos principais achados são apresentados e discutidos.

A cobertura midiática em momentos de estabilidade e de mudança

A cobertura jornalística pode assumir contornos distintos em momentos de estabilidade e de mudança das arenas sociais reportadas. Em tempos de estabilidade, a cobertura tende a refletir e reproduzir as estruturas de poder e as normas sociais existentes (Tuchman, 1978). A agenda é geralmente estabelecida por fontes institucionais dominantes, como agências governamentais, organizações estabelecidas da sociedade civil e especialistas reconhecidos (Gans, 1979). O enquadramento das notícias tende a ser mais consensual e menos conflituoso, enfocando aspectos técnicos, informativos ou de interesse público geral, dentro dos limites do *status quo*.

Essa estabilidade não implica na ausência de certo dinamismo, que decorre do fato de a cobertura jornalística se dar no âmbito do campo jornalístico, definido por Bourdieu (1997) como um espaço de lutas estruturado por relações de poder e

pela concorrência jornalistas, editores, apresentadores, donos de veículos, dentre outros agentes. Esses agentes, entretanto, tendem a reproduzir a ortodoxia, tomando premissas ligadas às hierarquias de poder estabelecidas como dadas. Para autores como Champagne (1995), a dependência das empresas da mídia da publicidade para gerar receitas as tornam dependentes dos grandes grupos econômicos e políticos são críticas para homogeneizar e despolitizar o conteúdo jornalístico. A ampliação da audiência é chave para manter e ampliar essas receitas, o que faz com que os veículos apelem ao senso comum, privilegiando conteúdos mais facilmente assimiláveis e que são mais agregadores do público (Champagne, 1995; Bourdieu, 1997; Schudson, 2000; Benson, 2000; Pedrosa Neto, 2015).

Alguns estudos, entretanto, indicam que essas tendências podem ser rompidas em momentos que se verificam conflitos sociais, sobretudo nos em que os dominantes do campo jornalístico não estão diretamente envolvidos. A cobertura dessas situações é impulsionada pela capacidade do conflito em atrair o interesse público, ampliando a audiência, podendo ser distorcida por tendências sensacionalistas e por processos de espetacularização, impulsionados pela influência da lógica do mercado (Bourdieu, 1997).

Zelizer (2015) aponta a dinâmica da cobertura jornalística pode ser alterada em momentos de mudanças sociais significativas ou de conflitos, expondo tensões latentes e abrindo espaço para novas vozes e perspectivas. O desafio às fontes de informação dominantes pode ser crucial nessas alterações (Bennett; Lawrence; Livingston, 2012). As disputas simbólicas inerentes ao jornalismo tendem a se tornar mais expostas, com diferentes agentes buscando impor seus enquadramentos e definir a interpretação dos eventos (Entman, 1993). A intensidade do conflito e a mobilização social podem levar temas específicos a ascenderem rapidamente à agenda midiática, tornando-se objeto de debate público (McCombs; Shaw, 1972).

A literatura da sociologia dos escândalos indica como conflitos entre agentes do campo do poder podem ser midiaticizados, sobretudo quando envolvem representações urgentes associadas às moralidades dominantes em uma sociedade (De Blic; Lemieux, 2005; Grün, 2018). O escândalo aqui é visto como um momento que coloca em prova as ordens sociais estabelecidas, revelando tensões e limites das normas compartilhadas, o que cria instabilidade e favorece mudanças. Em alguns casos, os agentes podem explorar as relações com a mídia estrategicamente para promover suas concepções sociais (Adut, 2004; Jamieson; Cappella, 2008).

Agentes sociais sub-representados no jornalismo também podem ganhar visibilidade, difundindo suas narrativas e contestando as versões oficiais ou dominantes. A literatura sobre movimentos sociais demonstra que a repercussão midiática pode ser chave para o sucesso de agentes desafiantes, que buscam alterar o *status quo*. Um dos aspectos primordiais nesses casos reside na capacidade de amplificar a mensagem e alcançar um público mais amplo (Gamson; Wolfsfeld, 1993). Evidentemente,

a mídia pode moldar interpretação dos eventos por meio dos seus enquadramentos, influenciando a forma como o público percebe os movimentos (Entman, 1993). Por isso, os movimentos mais bem sucedidos desenvolvem estratégias de comunicação para influenciar a cobertura de suas ações e mensagens (Benford; Snow, 2000). As coberturas positivas ou neutras podem ajudar a legitimar uma causa e angariar apoios e as negativas ou a marginalização midiática podem dificultar os processos de mudança (Mcadam; McCarthy; Zald, 1996).

A análise computadorizada das notícias sobre o desmatamento da Amazônia

A pesquisa se baseou em um *corpus* extraído da base de dados Factiva. Essa reúne dados estruturados de reportagens dos principais veículos de mídia do mundo (Dow Jones, 2020). A busca realizada restringiu-se às reportagens em português e aos veículos jornalísticos de maior impacto. Veículos regionais e outros documentos incluídos na base, como os documentos oficiais e dados de outras fontes, foram desconsiderados. As notícias coletadas envolveram o período de 1997 até 2018, que foi crítico para a estruturação de políticas de combate ao desmatamento no Brasil (Candido et al, 2023). A expressão de busca incluiu os termos “desmatamento” e “Amazônia”.

Antes de iniciar o processamento dos textos, foi necessário tabular as notícias, complementando-as com metadados. Para tanto, utilizamos a técnica de *web scraping* ou raspagem de dados, que permitiu acessar o banco de dados das notícias e agregar informações. Isso foi feito utilizando uma biblioteca do Python denominada *Beautiful Soup*. Obtivemos, assim, uma planilha contendo todas as informações das notícias: título, mídia, data de publicação e corpo do texto. Em seguida, foi feita uma limpeza manual dos dados tabulados, a fim de remover notícias duplicadas e linhas vazias.

O corpus limpo contou com um total de 6230 reportagens publicadas em 29 veículos. A Tabela 1 apresenta a distribuição das notícias nos veículos. As publicações concentram-se três veículos: O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo. Para simplificar a análise e focar nas principais fontes de informação, os 25 veículos com menos reportagens foram agrupados como “Outros” em nossa análise.

A revolução televisionada: a cobertura jornalística do controle do desmatamento da Amazônia brasileira

Tabela 1: Frequência de publicações por veículo midiático.

Mídia	Quantidade	% Total	% Acumulada
O Estado de São Paulo	2027	33%	33%
O Globo	1633	26%	59%
Folha de São Paulo	1616	26%	85%
Jornal do Comércio do Rio de Janeiro	466	7%	92%
Agencia EFE	115	2%	94%
Exame	96	2%	96%
CE NoticiasFinancieras	38	1%	96%
Correio Braziliense	36	1%	97%
Correio do Brasil	30	0%	97%
Estado de Minas	25	0%	98%
Agência Brasil	20	0%	98%
Político News	20	0%	98%
El País Online	13	0%	98%
Diário da Amazônia	11	0%	99%
DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços	10	0%	99%
Infomoney Daily News	10	0%	99%
Jornal Grande Bahia	10	0%	99%
Hoje em Dia	9	0%	99%
Brasil Econômico	8	0%	99%
Gazeta Online	7	0%	100%
Jornal de Brasília	6	0%	100%
Veja Online	6	0%	100%
Valor News	5	0%	100%
A Tarde	4	0%	100%
Opinião e Notícia	4	0%	100%
Diário do Nordeste	2	0%	100%
DJ	1	0%	100%
Reporter Brasil	1	0%	100%
iBahia	1	0%	100%
Total	6230	100%	-

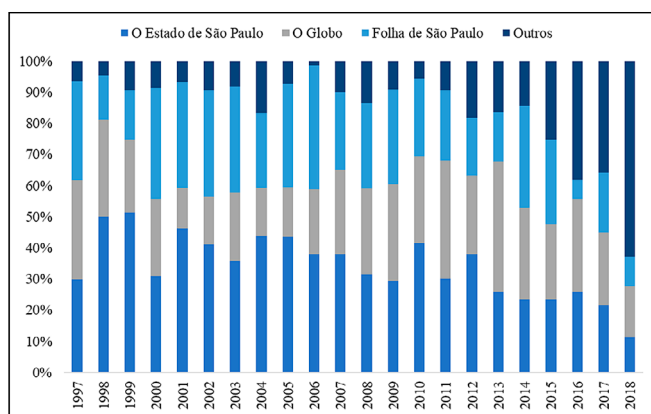
Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 1 verifica-se que O Estado de São Paulo foi o veículo que se destacou em termos de volume de publicações, especialmente a partir de 2004, superando a Folha de São Paulo e O Globo na maioria dos anos. Embora os dois últimos tenham apresentado volumes totais de publicações bastante próximos, suas distribuições ao longo do tempo mostraram diferenças significativas. O Globo teve um aumento mais expressivo na cobertura a partir de 2007, enquanto a Folha concentrou uma maior distribuição antes desse período. Os demais veículos ganharam relevância a partir de 2015, refletindo uma diversificação nas fontes de cobertura sobre o tema.

O pré-processamento dos textos teve o intuito formatar adequadamente os dados para a análise (Desikan, 2018). Foram removidos os caracteres especiais, as pontuações e as *stop words* (termos que não acrescentam informação, como artigos e preposições). Também foi necessário fazer uma seleção manual dos dados, a fim de remover notícias que não tinham relevância temática e semântica. Esse passo foi necessário uma vez que o filtro aplicado na base de dados Factiva selecionou as notícias baseado na ocorrência de palavras no texto, mas não no seu significado contextual. As notícias cujo assunto principal do corpo do texto eram o tema em questão foram selecionadas. Para não enviesar esse processo, todas as colunas da tabela foram ocultadas, exceto o título e o corpo da notícia.

Após a seleção das notícias, foi aplicado o modelo *bag-of-words*, que consiste em representar cada notícia do *corpus* em um vetor, cujo tamanho é igual ao tamanho do vocabulário do corpus todo. Cada posição do vetor representa um termo. Caso a notícia possua aquele termo, esse elemento recebe o valor 1, caso contrário, 0. Dessa forma, cada notícia passa a ser representada por um vetor único que ajuda a máquina a interpretar a inter-relação das palavras nos textos.

Gráfico 1: Frequência anual das publicações por veículo midiático



Fonte: Elaboração própria.

As primeiras análises consistiram em analisar os unigramas e bigramas mais frequentes nas mídias e nos mandatos presidenciais. Em seguida, foi feito o agrupamento temático dos textos por meio da análise de similaridade e clusterização, também conhecido por *topic modeling*. O método empregado foi o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), um modelo generativo probabilístico projetado para inferir tópicos latentes a partir de um corpus textual (Blei, Ng, & Jordan, 2003). O modelo opera sob a premissa de que os documentos são gerados a partir de uma mistura de temas centrais, sendo que cada tema é representado por uma distribuição de probabilidades sobre um vocabulário. O funcionamento do LDA pode ser comparado ao de um bibliotecário que, sem conhecimento prévio do conteúdo interno dos livros, organiza um vasto conjunto de documentos em grupos temáticos. Essa organização é realizada a partir da análise da coocorrência de palavras, assumindo que documentos que compartilham vocabulário similar provavelmente abordam os mesmos tópicos. Ao final, o modelo infere-se: (1) quais palavras caracterizam cada tópico e (2) a proporção de cada tópico em cada documento. A definição do número de tópicos (k) é um dos parâmetros cruciais do modelo. A escolha de k , neste estudo igual à 4, foi orientada por um processo iterativo, buscando um ponto de equilíbrio em que os tópicos resultantes fossem semanticamente coesos e distintos entre si. A performance do modelo final foi validada por um *Coherence Score* (Cv) de **0,44**, valor que sugere uma alta coesão semântica entre as palavras de cada tópico. Adicionalmente, o modelo alcançou um *log-likelihood* por palavra de aproximadamente **-8,9**, indicando um bom ajuste probabilístico aos dados (Blei, Ng, & Jordan, 2003). O critério final, contudo, foi a maximização da interpretação humana dos agrupamentos, garantindo que os temas fossem relevantes e aplicáveis ao problema de pesquisa.

Para identificar os principais atores mencionados nas reportagens, foi empregada a técnica de Reconhecimento de Entidades Nomeadas (NER). O modelo utilizado foi treinado para classificar substantivos próprios em duas categorias: Pessoas e Organizações. Dada a complexidade da língua portuguesa e potenciais imprecisões do modelo, uma etapa de validação e curadoria manual foi realizada para corrigir classificações incorretas, conforme a boa prática da área (Desikan, 2018). Subsequentemente, aplicou-se um critério de corte empírico, selecionando para análise apenas as entidades mencionadas em mais de dez reportagens, a fim de focar nos atores de maior relevância. Por fim, estas entidades foram categorizadas manualmente para facilitar a análise: os indivíduos foram classificados por sua atividade (e.g., Políticos Nacionais, Ambientalistas, Cientistas/Pesquisadores) e as organizações por sua natureza (e.g., Instituições Governamentais, ONGs, Empresas Privadas).

Indivíduos, organizações e tópicos das reportagens do período

Dentre as organizações mencionadas nas reportagens, 154 delas ganharam destaque, sendo 62 instituições governamentais, 17 instituições internacionais, 17

eram empresas privadas, 16 eram organizações não governamentais, 13 era instituições de pesquisa, 13 eram partidos políticos, 11 das forças armadas, cinco eram outros movimentos e associações e uma do campo religioso. O Quadro 1 apresenta as organizações mais relevantes no *corpus* de acordo com sua categoria.

Quadro 1: Organizações mais mencionadas no corpus, por categoria.

Categoria	Organizações
Instituições Governamentais	IBAMA, Instituto Nacional de Pesquisas Especiais Inpe, Ministério do Meio Ambiente, Imazon, Polícia Federal, Incra, MPF, Ministério Público Federal, Fundo Amazônia, Ministério da Agricultura, Exército, ICMBio, Funai, Itamarati, Ministério da Ciência e Tecnologia, SFB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Abin, Ministério dos Transportes, Sistema Nacional de Estimativas de Emissão de Gases do Efeito Estufa, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério Público Federal do Pará, Ministério das Relações Institucionais, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Ministério das Minas, Sistema Único de Saúde SUS, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Tribunal de Contas da União, Ministério da Integração Nacional, OCDE, MCT, Tesouro Nacional, Supremo Tribunal Federal STF, Governo Federal
ONGs	Greenpeace, WWF, ISA Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia Ipam, Amigos da Terra, Observatório do Clima, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Vitae Civilis, Conservação Internacional, Instituto Ethos, FSC, The Nature Conservancy, Woods Hole Research Center, Grupo de Trabalho Amazônico GTA, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC
Partidos Políticos	PT, PSDB, PV, PMDB, PSL, PFL, PSB, PDT, PPS, PSOL, PTB, PCdoB, MDB
Forças Armadas	Exército, Forças Armadas, Polícia Militar, Farc, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Marinha, PM, Força Nacional de Segurança Pública, Força Aérea Brasileira FAB
Empresas Privadas	Petrobras, Vale, Google, JBS, WalMart, Frigorífico Minerva, Marfrig, Natura, Grupo Bertin, Sadia, McDonalds, Odebrecht, Teles Pires, Perdigão, Samarco, Carrefour, Cargill
Universidades / Pesquisa	Universidade de São Paulo USP, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Universidade de Brasília UnB, Universidade Estadual de Campinas Unicamp, Universidade da Califórnia, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Amazonas, Universidade de Maryland, Universidade Federal de Goiás UFG, Universidade de Stanford
Instituições Internacionais	ONU, FAO, The New York Times, Organização Mundial de Comércio OMC, Nasa, Mercosul, OMS, Unesco, União Internacional para a Conservação da Natureza IUCN, Organização Internacional do Trabalho OIT, Financial Times, The Guardian, Reuters, FMI, KFW Grupo de Bancos Alemães

Categoria	Organizações
Instituições Religiosas	Igreja Católica
Movimentos e Associações	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Abiove, Fiesp, Frente Parlamentar Ambientalista, Abiec Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

Fonte: Elaboração própria.

Foram identificados 112 indivíduos mencionados em mais de 10 notícias (Quadro 2). Cinquenta e dois são políticos nacionais, 41 são ambientalistas e cientistas, oito políticos internacionais e 11 são de outras categorias. Poucos indivíduos das empresas e de outras organizações burocráticas públicas e privadas tendem a ser mencionados nas reportagens.

Quadro 2: Indivíduos mais mencionados no corpus, por categoria.

Grupo	Pessoas
Políticos Nacionais	Lula, Marina Silva, Dilma Rousseff, FHC, Izabella Teixeira, Reinhold Stephanes, Michel Temer, José Serra, Jair Messias Bolsonaro, Kátia Abreu, Moacir Michelleto, Sérgio Cabral, Marcelo Leite, Tarso Genro, Guilherme Cassel, José Dirceu, Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Fernando Gabeira, Fernando Haddad, Roberto Rodrigues, José Antonio Marengo, Ivo Cassol, Gilberto Kassab, Marcelo Furtado, José Sarney, Flexa Ribeiro, Xico Graziano, Jorge Viana, Virgílio Viana, Márcio Santilli, Gisele Bündchen, Adriana Ramos, Guido Mantega, Luciano Evaristo, Gustavo Krause, Marta Suplicy, Luciano Coutinho, Mauro Pires, Raul Jungmann, Moacir Pires, Gilney Viana, Henrique Meirelles, Rubens Ricupero, Itamar Franco, Raul Jungmann, Moacir Pires, Gilney Viana, Rubens Ricupero, José Maria Cardoso da Silva, Fidel Castro, José Paulo Capobianco, Gilmar Mendes, Fernando Collor, Valdir Colatto, Mercadante, Luiz Alberto Figueiredo Machado, José Alencar, Gilberto Carvalho, Tereza Cristina DEMMS, Renan Calheiros, Paulo Bernardo, Jader Barbalho, Fernando Coelho Filho, Rubens Barbosa, Raul Jungmann
Ambientalistas	João Paulo Capobianco, Paulo Adário, Adalberto Veríssimo, Roberto Smeraldi, Tasso Azevedo, Paulo Moutinho, Flávio Montiel, Hugo Chávez, Afra Balazina, Thelma Krug, Sergio Leitão, Marcelo Furtado, Marcio Astrini, Thomas Lovejoy, Sergio Rezende, Mauro Armelin, José Paulo Capobianco, Herton Escobar, Mary Allegretti, Achim Steiner, Marilene Ramos, Raoni Rajão
Cientistas/ Pesquisadores	Roberto Mangabeira Unger, Gilberto Câmara, Washington Novaes, José Goldemberg, Paulo Barreto, Luiz Pinguelli Rosa, Sérgio Cabral, Marcelo Leite, Roberto Schaeffer, Paulo Artaxo, Roberto Schaeffer, Thomas Lovejoy, Fernanda Krakovics, José Maria Cardoso Da Silva, Philip Fearnside, Alberto Setzer, Suzana Kahn Ribeiro, William Laurance

Grupo	Pessoas
Políticos Internacionais	George W. Bush, Hugo Chávez, Nicholas Sarkozy, Kofi Annan, Fidel Castro, Evo Morales, Tony Blair, Nicholas Stern
Outros	Luciano Coutinho, Rolf Hackbart, Sérgio Serra, Marcelo Marquesini, Mauro Pires, Marcus Barros, Sergio Rezende, Sérgio Serra, Gilberto Carvalho, Luiz Aragão, Raoni Rajão, Luciano Evaristo, Mauro Pires, Raoni Rajão, Gilberto Carvalho, Rui Prado

Fonte: Elaboração própria.

A modelagem de tópicos possibilitou identificar quatro temas principais nas reportagens. O primeiro aborda a relação entre a produção agrícola, o desmatamento e a exploração da terra no Brasil, com destaque para a cultura da soja e para a pecuária. Ele explora como a expansão da produção de *commodities*, impulsionada por demandas globais, tem causado o desmatamento. O Tópico levanta questões sobre o papel do Brasil como líder global na produção de alimentos e na conservação ambiental, e como o equilíbrio entre essas duas agendas pode ser alcançado.

O segundo Tópico trata das dinâmicas políticas e econômicas globais, com foco no Brasil e sua interação com outras nações, especialmente os Estados Unidos. Ele retrata as relações internacionais envolvendo a Amazônia brasileira. A abordagem inclui questões sobre os recursos naturais, o papel do Brasil no mercado global e as políticas ambientais adotadas.

O terceiro Tópico explora as ações do governo brasileiro em relação à preservação do meio ambiente, com ênfase nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. Ele aborda as políticas ambientais lideradas por ministros e presidentes e regras relacionadas à proteção da floresta editadas pelo congresso. O tópico também destaca o papel das autoridades estaduais na implementação de leis e operações para controlar o desmatamento.

Por fim, o quarto Tópico aborda as emissões de carbono e o impacto ambiental das queimadas e da perda de áreas florestais. Ele explora dados e números fornecidos por instituições como o INPE, que monitoram o desmatamento e as áreas desmatadas em diferentes períodos e sua relação com as mudanças climáticas.

Os termos mais associados a esses quatro tópicos identificados são apresentados no Quadro 3.

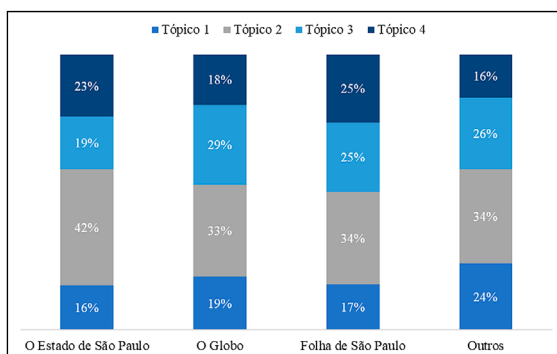
Quadro 3: Termos associados aos quatro tópicos identificados.

#	Tópico 1	Tópico 2	Tópico 3	Tópico 4
1	Área	brasil	governo	desmatamento
2	Amazonia	países	ibama	amazonia
3	Floresta	mundo	meio_ambiente	emissoes
4	Região	desenvolvimento	presidente	area
5	Desmatamento	brasileira	ministro	dados
6	Hectare	politica	amazonia	governo
7	Madeira	questao	desmatamento	floresta
8	Ambiental	todos	ambiental	queimadas
9	Maior	presidente	projeto	km
10	Projeto	brasileiro	ministerio	redução
11	Floretas	recursos	afirmou	instituto
12	Terra	internacional	lei	aumento
13	Empresa	fazer	estado	maio
14	Estado	estados_unidos	federal	carbono
15	Produção	energia	ontem	inpe
16	Soja	economia	congresso	periodo
17	Pretecao	outros	nacional	meio_ambiente
18	Amazônica	governo	contra	quilometros_qua- drados
19	Cerca	mundial	sarney_filho	sistema
20	Parte	eua	temer	fogo
21	Nacional	tempo	rio	nacionalpesquisas
22	Outras	grande	lula	monitoramento
23	Biodiversidade	mercado	dia	acordo
24	Terras	planeta	dois	numeros
25	Florestal	bem	decreto	taxa
26	Grande	exemplo	politica	clima
27	Exploração	ambiental	deputado	brasil
28	Conservação	politicas	brasilia	passado
29	Uso	problema	proposta	ultimos
30	Afirma	sociedade	operacao	florestas

Fonte: Elaboração própria.

O Tópico 2 foi o mais abordado, com 36% da cobertura, o que indica que as questões políticas e econômicas globais são altamente relevantes na cobertura sobre o desmatamento da Amazônia. O Tópico 3, centrado nas ações do governo contra o desmatamento, aparece em seguida com 24%. O Tópico 4, que trata do monitoramento do desmatamento foi tema de com 21% das notícias. O Tópico 1, que aborda a relação entre a produção agrícola e o desmatamento, foi o que recebeu menor cobertura, sendo enfocado em 18% das reportagens.

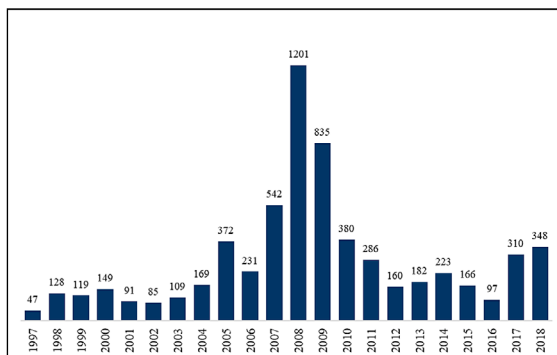
Gráfico 2: Frequência dos tópicos por veículo midiático.



Fonte: Elaboração própria.

A cobertura do O Estado de São Paulo tem uma predileção pelo tópico internacional, O Globo dá uma ênfase um pouco maior nas ações contra o desmatamento e que a Folha de São Paulo é o veículo que possui maior proporção de reportagens sobre o monitoramento do desmatamento. A cobertura dos três veículos sobre o Tópico 1, o mais negativo e que contraria o interesse de setores econômicos poderosos, é similar, variando entre 16 (O Estado de São Paulo) e 19% (O Globo) das reportagens.

Gráfico 3: Frequência anual das reportagens.

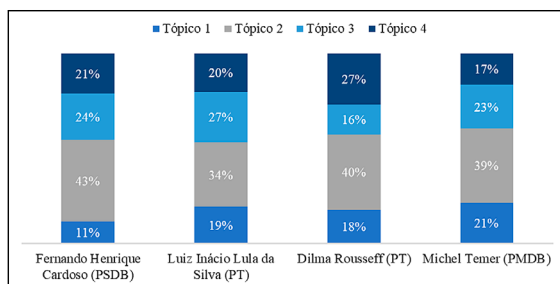


Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 3 apresenta a frequência anual de publicações. Verifica-se uma variação significativa na frequência de publicações ao longo do tempo e um pico em 2008. O Governo Lula foi o que contou com o maior número médio de reportagens (479,9 por ano), seguido pelos governos Temer (302,7), Dilma (188,0) e FHC (123,8).

A Gráfico 4 apresenta a ocorrência dos tópicos durante os governos envolvidos na análise. No governo FHC, a cobertura é marcada por um crescimento lento das reportagens no número de publicações. O Tópico 2 se destacou com 43% da cobertura, refletindo uma ênfase em temas relacionados a dinâmicas políticas e econômicas globais. O Tópico 3, com 24%, também recebeu atenção significativa, indicando um interesse relevante em questões ambientais ou institucionais. Já os Tópicos 1 (11%) e 4 (21%) tiveram menor representatividade, sugerindo que pautas relacionadas ao desmatamento ou queimadas, predominantes no Tópico 4, tiveram pouco destaque nesse período.

Gráfico 4: Distribuição dos tópicos por mandato presidencial.



Fonte: Elaboração própria.

Dois agentes ganham destaque: José Sarney Filho e o deputado Moacir Micheletto. O primeiro foi Ministro do Meio Ambiente de FHC entre de 1999 a 2002. Sua gestão foi marcada pela aprovação da Lei de Crimes Ambientais e pela criação da Política Nacional de Unidades de Conservação. Micheletto foi deputado federal pelo PMDB-PR e liderou tentativas de mudança no código florestal, em reação de parlamentares do agronegócio ao aumento das restrições ao desmatamento de propriedades rurais na Amazônia foram aprovadas por Medida Provisória pelo Governo de FHC em anos anteriores.

Além deles, outros agentes do campo político ganham destaque. Agentes ligados ao executivo, como Gustavo Krause, que comandou a pasta de meio ambiente do governo em anos anteriores, Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia, José Serra, senador e ministro do Planejamento e Orçamento e o próprio FHC são mencionados com frequência. No legislativo, também ganham destaque Gilney Viana, deputado federal

do Mato Grosso e membro da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Alguns ambientalistas, cientistas e jornalistas também ganharam destaque no período. Marina Silva (então Senadora da República), João Paulo Capobianco, Paulo Adário (Greenpeace), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra) se destacam entre os ambientalistas. Garo Batmanian, William Laurance e José Goldemberg entre os cientistas. Marcelo Leite e Washington Novaes destacam-se entre os jornalistas.

Durante o mandato de FHC, a presença de empresas nas notícias foi limitada. Destaque foi dado ao setor de energia e mineração, com empresas como Vale e Petrobras, mencionadas devido à exploração de recursos naturais e seus impactos. O setor de alimentos também esteve presente com Sadia, refletindo discussões iniciais sobre a relação entre a produção de alimentos e o desmatamento. Teles Pires surge representando o setor de infraestrutura, ligado à expansão de projetos hidrelétricos.

A cobertura se intensifica ao longo dos Governos Lula, atingindo seu ápice em 2008, com 1200 publicações, um aumento de mais de 120% em relação ao ano anterior. Nesse período, outros termos ganharam destaque. A emergência de termos como “projeto de lei”, “metas de redução de emissões” e “mudança climática” demonstra a intensificação das discussões sobre políticas públicas e as implicações globais do desmatamento. O Tópico 2, embora ainda predominante com 34% da cobertura, teve sua representatividade reduzida em comparação ao governo anterior. O Tópico 3, com 27%, apresentou um aumento, sugerindo maior ênfase em debates ambientais e questões institucionais no período. O Tópico 1 (19%) apresentou um aumento de 8%, mostrando uma atenção maior para o desmatamento e a produção agrícola. Por fim, o tópico 4 (20%) manteve-se muito próximo do mandato anterior.

Figuras que já se destacavam no mandato FHC continuaram a ter relevância. João Paulo Capobianco, Paulo Adário, Roberto Smeraldi, José Goldemberg e Washington Novaes mantiveram suas contribuições significativas para a defesa ambiental. Marina Silva e João Paulo Capobianco ganharam ainda mais projeção ao serem nomeados Ministra do Meio Ambiente e Secretário de Biodiversidade e Florestas, respectivamente.

Ministros dos governos ganharam projeção no período. Carlos Minc, o substituto de Marina após 2008, surge como um nome relevante. Dilma Rousseff surgiu como Ministra de Minas e Energia, desempenhando um papel estratégico em questões energéticas. Reinhold Stephanes, Deputado Federal pelo Paraná, que foi Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tarso Genro, que ocupou diversas pastas ministeriais, e Roberto Mangabeira Unger, que assumiu o Ministério de Assuntos Estratégicos e a coordenação do Plano Amazônia Sustentável na mesma época em que Marina Silva deixou o MMA, também se destacam.

Na oposição, os nomes de maior destaque foram José Serra, opositor de Lula nas eleições de 2002, Kátia Abreu, pecuarista e deputada federal pelo Tocantins, e

Blairo Maggi, governador de Mato Grosso de 2003 a 2010, conhecido como o “Rei da Soja”. Em nível internacional, George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, teve interações com o governo Lula que refletiram nas notícias publicadas nacionalmente. A ascensão do número de notícias entre 2007 e 2009 estão altamente associadas à oposição das duas lideranças ruralistas ao acirramento das políticas de controle do desmatamento implementadas sob a liderança dos Ministros do Meio Ambiente Marina Silva e Carlos Minc. A queda de Marina, aliás, está fortemente associada a esses contenciosos.

Um conjunto de agentes do campo científico e ambiental se mostram chaves nesse governo. Dois deles são associados a organizações envolvidas na produção de índices de desmatamento. Adalberto Veríssimo, pesquisador e cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, se envolveu na produção de números e pesquisas sobre o desmatamento que passaram a influenciar significativamente o debate público. Gilberto Câmara, era o diretor a frente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, responsável pela produção do índice oficial de desmatamento. Além desses, Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Diretor do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e Paulo Moutinho, doutor em ecologia e cofundador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que contribuiu com pesquisas sobre as causas e consequências do desmatamento na Amazônia, também se destacam no período.

Verifica-se uma explosão na presença de empresas nas notícias, principalmente aquelas ligadas ao setor de agronegócio e alimentos, como Grupo Bertin, Perdigão, McDonald’s e WalMart. Essas menções estão fortemente associadas contenciosos envolvendo o Greenpeace, organização ambientalista que desenvolveu duas grandes campanhas no período, e o Ministério Público Federal, que resultaram no estabelecimento da Moratória da Soja, no Compromisso Público da Pecuária e no Termo de Ajustamento de Conduta da Cadeia da Carne. Empresas do setor de energia e mineração também ganharam destaque. As empresas associadas a controversos empreendimentos hidrelétricos, como as Usinas do Rio Madeira e Belo Monte, surgiram como entidades relevantes. Finalmente, a Google começou a aparecer nas discussões, sobretudo devido às suas ferramentas digitais no monitoramento ambiental.

O número de notícias começa a diminuir ao longo do governo Dilma. Termos como “redução de emissões”, “gases do efeito estufa”, “redução do desmatamento”, “combate ao desmatamento” continuaram a ter destaque. O Tópico 2, associado às questões Globais, atingiu seu pico, com 40% da cobertura. O Tópico 4, com 27%, também se ampliou. Esses aumentos estão associados à intensificação das negociações climáticas internacionais que culminaram no Acordo de Paris, em 2015. Já o Tópico 3, com 16%, registrou uma queda significativa, sugerindo uma menor ênfase nos aspectos institucionais e ações do governo. O Tópico 1, com 18%,

manteve-se muito próximo do mandato anterior. Um tema importante relacionado a ele é a reforma do Código Florestal aprovada em 2012, considerada um enorme retrocesso pelos ambientalistas.

Diversas figuras que já haviam se destacado nos governos de FHC e Lula continuaram a exercer papéis relevantes. Dilma, FHC, Lula, Adalberto Veríssimo, Kátia Abreu, Gilberto Câmara e Paulo Adário permaneceram no centro de debates e ações relacionadas ao meio ambiente, agricultura e política nacional. Marina Silva manteve seu protagonismo, agora como candidata à presidência em 2010 e 2014. Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente durante todo o mandato de Dilma, ascende como figura importante. Outras figuras políticas que ganham destaque são Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Mauro Pires, do ICMBio, e Luciano Evaristo, chefe da fiscalização ambiental do Ibama.

No cenário científico e ambiental, Paulo Barreto e José Antonio Marengo seguem em destaque. Tasso Azevedo, que participou da equipe de Marina Silva no MMA e idealizou o Fundo Amazônia, passa a ser uma figura central nos debates sobre mudanças climáticas, ainda que fora do governo. Marcio Astrini, coordenador de áreas estratégicas do Greenpeace também emerge como figura importante. Finalmente, ganham destaque a jornalista Giovana Girardi, especializada em ciência e meio ambiente.

No mandato de Dilma observa-se nova diminuição na presença de empresas no *corpus* e uma diversificação nos setores econômicos ligados ao desmatamento. Os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva ganham maior destaque devido à sua conexão com o avanço da pecuária. No setor de energia e mineração, empresas como Samarco ganharam destaque devido ao desastre ambiental de Mariana. Google e Natura também aparecem associadas à inovação e a iniciativas sustentáveis.

Durante os anos do Governo Temer, verifica-se um pequeno aumento no número de publicações. Os principais temas abordados têm a ver com acontecimentos tidos como retrocessos pelos ambientalistas. Destacam-se o decreto de 2017 que resultou na desafetação da Reserva Nacional de Cobre e Associados, uma área de mais de 46 mil quilômetros quadrados situada entre os estados do Amapá e do Pará, e os debates sobre a desafetação do Parque Nacional do Jamanxim por Medida Provisória. Debates sobre a implementação do Acordo de Paris também ganharam relevância, especialmente devido à pressão internacional para que o novo governo cumprisse os compromissos assumidos. De forma mais geral, o Tópico 1 alcançou seu maior valor, com 21%, indicando que questões políticas e governamentais ganharam mais espaço na cobertura. O Tópico 2, com 39%, manteve-se na liderança seguindo patamar do governo anterior. O Tópico 3 voltou a crescer, alcançando 23%, o que sugere um aumento nas discussões institucionais ou ambientais no período. Já o Tópico 4, com 17%, registrou o menor percentual, indicando que questões como emissão de gases estufa e mudança climática perderam destaque.

Membros do governo passaram a ter destaque nas questões relacionadas ao desmatamento da Amazônia. Fernando Coelho Filho, que ocupou o cargo de Ministro de Minas e Energia, José Serra, que foi Ministro das Relações Exteriores, e Henrique Meirelles, o Ministro da Fazenda, ganharam mais exposição. Zequinha Sarney, que assumiu o Ministério do Meio Ambiente, permaneceu sendo figura de destaque. Outros políticos de fora do governo ganharam ou mantiveram destaque. Tereza Cristina, deputada federal pelo Mato Grosso do Sul, ascendeu nessa época, tornando-se posteriormente ministra da Agricultura. Geraldo Alckmin também ganhou destaque como governador de São Paulo e candidato à presidência. Dilma Rousseff, Lula e Izabella Teixeira permaneceram como referências midiáticas importantes. Marina Silva também manteve seu protagonismo. No âmbito internacional, Vidar Helgesen, Ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, teve um papel relevante nas discussões sobre mudanças climáticas e cooperação ambiental global. Nos campos ambiental, científico e jornalístico, figuras como Tasso Azevedo, Paulo Barreto, Márcio Astrini e Giovana Girardi mantiveram destaque. Raoni Rajão, cientista e professor brasileiro que viria a integrar a equipe de Marina Silva no terceiro mandato de Lula, emergiu como um nome importante devido às suas pesquisas relacionadas ao desmatamento.

Quanto às organizações, verifica-se que o setor de energia e mineração dominou o debate, com a Samarco liderando as notícias devido ao impacto contínuo do desastre de Mariana. Os frigoríficos JBS, Minerva e Marfrig permaneceram como centrais. Google e Natura reforçaram sua presença, com contribuições positivas para a sustentabilidade.

Contenciosos no campo do poder e dinâmica jornalística

Em linha com as perspectivas de Bourdieu (1997), Champagne (1995) e Pedroso Neto (2015), nossas análises demonstram uma significativa homogeneização da cobertura jornalística. A cobertura dos principais veículos de mídia se caracteriza pela recorrência de certas expressões e pelo foco em quatro grandes tópicos. Ao longo dos quatro mandatos e em todos os veículos, ganhou destaque Tópico 2, o que indica uma significativa ênfase da mídia às relações políticas e econômicas do Brasil no contexto global. Por outro lado, o tópico que menos recebe atenção é o que trata justamente das causas do desmatamento, associadas à expansão agropecuária. Em linha com que aponta Champagne (1995), é plausível considerar que a mídia tende a evitar indisposições com poderosos setores da economia brasileira, o que gera uma despolitização de sua cobertura.

A homogeneidade da cobertura envolve uma recorrência de certos indivíduos e organizações poderosos nas reportagens em todo o período, conforme indicam Tuchman (1978) e Gans (1979). É pertinente considerar esses agentes como

integrantes do campo do poder envolvidos na questão do desmatamento, sendo que o reconhecimento de entidades nomeadas se mostrou uma técnica efetiva para sua identificação. É notável a sub-representação de movimentos sociais e de representações das populações rurais amazônicas, sobretudo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que tendem a ser prejudicadas pela dinâmica do desmatamento. ONGs e a Igreja católica parecem ser importantes intermediários entre essas populações e o campo midiático.

Os agentes envolvidos nas disputas provêm de cinco campos principais, além, é claro, do campo jornalístico: o Político, o Econômico, o Ambiental, o Científico e o Militar. Conforme já indicado, as disputas entre esses espaços sofrem influência significativa das relações internacionais que, em geral, tendem a favorecer e ser usadas estrategicamente justamente pelo espaço menos poderoso em questão, o dos ambientalistas. Outra aliança importante para os agentes do campo ambiental é com os cientistas. Nossos dados indicam que a atuação dos campos político, ambiental e científico tende a ser mais personalizada, com certos indivíduos ganhando projeção midiática. Já a cobertura acerca do campo econômico e militar trata os agentes de forma mais institucionalizada.

Um dos achados mais interessantes de nossa análise é o da ocorrência de súbito aumento no número de reportagens entre 2007 e 2009. Estudos anteriores demonstram que esse foi um período crítico para o controle do desmatamento (Mello; Artaxo, 2017; West; Fearnside; 2021; Candido et al, 2023; Candido et al, 2025; Nepstad et al, 2014; Gibbs et al, 2016). Isso decorreu, fundamentalmente, de dois fatores que geraram intensos conflitos entre elites.

O primeiro foi a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, a política pública de controle do desmatamento mais estruturada e efetiva já implementada no país para o controle do desmatamento (Mello; Artaxo, 2017; West; Fearnside; 2021; Candido et al, 2023). Compreendendo o Estado como um conjunto de campos interconectados, Candido et al (2023) mostram que a ampliação das capacidades de controle do desmatamento pelo Estado brasileiro foi sobretudo uma construção política, na qual o Ministério do Meio Ambiente, com o apoio da Presidência da República de Lula, desenvolveu estratégias capazes de enfrentar a poderosa oposição do Ministério da Agricultura e Pecuária e de outros grupos da “mão direita” do Estado brasileiro. O período em que se verifica o pico de reportagens de nosso estudo é o auge dos conflitos políticos envolvidos. Perante a significativa ampliação do índice de desmatamento no ano de 2004, mesmo após as ações significativas de combate ao desmate terem sido tomadas, a equipe do MMA, liderada por Marina Silva, se mobilizou nos anos seguintes para avançar na implementação de medidas estratégicas que confrontavam os interesses do agronegócio (Brasil, 2007). A vitória dos ambientalistas do governo, entretanto, gerou fortes contenciosos com o agronegócio, levando à queda de Marina em 2008.

O segundo fator foi a ocorrência de conflitos envolvendo o Greenpeace, o Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) e frigoríficos nacionais, notavelmente a JBS, a Marfrig e a Minerva (Candido et al, 2025; Nepstad et al, 2014; Gibbs et al, 2016). Esses se concentraram em 2008, quando o Greenpeace lançou uma série de protestos ao redor do mundo que tinha como alvos os frigoríficos envolvidos no desmatamento ilegal e seus clientes do setor supermercadista, de vestuário, automotivo, entre outros e o MPF-PA processou empresas envolvidas no desmatamento ilegal no estado do Pará. Essas ações tiveram significativa repercussão midiática e resultaram na assinatura do Compromisso Público da Pecuária, acordo em que JBS, Marfrig e Minerva se comprometeram com ações de combate ao desmatamento com o Greenpeace, e um Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo frigoríficos e supermercadistas com atuação no Pará (Candido et al, 2025).

Em linha com o que indicam Zelizer (2015) e Entman (1993) e McCombs e Shaw (1972), o pico de notícias de nosso *corpus* está diretamente relacionado com esses dois conflitos e ao momento de estabilidade vivenciado no campo do poder. Nesse momento a cobertura jornalística também se politizou, não como uma decorrência de um projeto editorial dos veículos de imprensa, mas em decorrência da natureza dos eventos escandalosos reportados (De Blic; Lemieux, 2005; Grün, 2018) ou episódios contenciosos (Mcadam; Mccarthy; Zald, 1996), nos quais a ordem social dominante foi colocada à prova.

Nossos dados indicam duas alterações relevantes na cobertura midiática no período conflituoso. Primeiro, verifica-se nesse momento uma queda bastante significativa na proporção de reportagens associadas ao tópico internacional. Isso é condizente com o caráter fundamentalmente nacional que os conflitos identificados tiveram. Segundo, verifica-se um aumento significativo na exposição das grandes empresas frigoríficas, que, segundo os achados de autores da teoria dos movimentos sociais (Gamson; Wolfsfeld, 1993; Mcadam; Mccarthy; Zald, 1996), pode ser considerado chave para o relativo sucesso das ações do Greenpeace e do MPF-PA.

Ao analisar cobertura midiática em um período marcado pela implementação de políticas públicas e de iniciativas privadas que contribuíram para uma significativa redução da devastação florestal, o estudo demonstra como a cobertura midiática pode se transformar durante contenciosos entre elites sociais. Apesar das inegáveis tendências reproducionistas, essa cobertura pode eventualmente expor agentes poderosos e contribuir para as estratégias de desafiantes, contribuindo para a transformação social.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio para a realização desta pesquisa (Processo FAPESP: 20/16236-7).

REFERÊNCIAS

- ADUT, A. Scandal as norm entrepreneurship strategy: Corruption and the French investigating magistrates. **Theory and Society**, v. 33, p. 529-578, 2004.
- ANDRUS, L. P.; WATERS, S. Framing the Flames: Analyzing News Coverage of The 2019 Amazon Rainforest Fires by Brazilian and American Newspapers. **Scielo preprints**. No prelo.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 2000, p. 611-639, 2000.
- BENNETT, W. L., LAWRENCE, R. G.; LIVINGSTON, S. **When the press fails: Political power and the news media from Iraq to Katrina**. University of Chicago Press, 2012.
- BENSON, R. La logique du profit dans les médias américains. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 131, n. 1, p. 107-115, 2000.
- BLEI, David. M.; NG, Andrew Y.; JORDAN, Michael. I. Latent Dirichlet Allocation. **Journal of Machine Learning Research**, v. 3, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2007.
- BRAGA, T; MARINHO, S. Journalistic narratives about the “day of fire”: a Luso-Brazilian perspective on the Amazon. **Brazilian journalism research**, v. 19, p. E1582, 2023.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, 143 pp.
- BOURDIEU, P. **The state nobility: Elite schools in the field of power**. Stanford University Press, 1998.
- CANDIDO, S. E. A. et al. A construção e desconstrução de capacidades estatais de controle do desmatamento da Amazônia: Do PPCDAm a Bolsonaro. **Estudos de Sociologia**, p. e023014-e023014, 2023.
- CANDIDO, S. E. A. O estabelecimento da moratória da soja na floresta amazônica brasileira: ação ambiental estratégica para explorar oportunidades em múltiplos campos. **Sociologias**, v. 25, 2023.
- CANDIDO, S. E. A. Risk assessments and the entanglement of fields: Lessons from the transformation of purchasing practices of beef processing firms in the Brazilian Amazon Rainforest. **Annals of the 2025 Annual Meeting of the Society for Advancements in Socio Economics**, Montreal, Canadá, 2025.

CHAMPAGNE, P. La double dépendance: quelques remarques sur les rapports entre les champs politique, économique et journalistique. **Hermès, La Revue**, v. 1718, n. 3, p. 215-229, 1995.

COSTA, L. M. The Brazilian Press and the environmental issues at the beginning of the XXI century: the amazon deforestation in journalistic discourse. **Revista General De Información Y Documentación**, v. 26, n. 2, p. 697, 2016.

DE BLIC, D; LEMIEUX, C. The scandal as test: Elements of pragmatic sociology. **Politix**, v. 71, n. 3, p. 9-38, 2005.

DESIKAN, B. S. **Natural Language Processing and Computational Linguistics: A practical guide to text analysis with Python, Gensim, spaCy, and Keras**. Packt Publishing Ltd. 2018

DOW JONES. Factiva Database. Site institucional. Disponível em <<https://www.dowjones.com/business-intelligence/factiva/products/factiva/>> Acesso em 20 de julho de 2020.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

GAMSON, W. A., & WOLFSFELD, G. (1993). Movements and media as interacting systems. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 528(1), 114-125.

GANS, H. J. **Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time**. Pantheon Books, 1979.

GIBBS, Holly K. et al. Did ranchers and slaughterhouses respond to zero-deforestation agreements in the Brazilian Amazon? **Conservation Letters**, v. 9, n. 1, p. 32-42, 2016.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo**. Alameda Casa Editorial, 2018.

JAMIESON, K. H.; CAPPELLA, J. N. **Echo chamber: Rush Limbaugh and the conservative media establishment**. Oxford University Press, 2008.

JULURU, K. et al Bag-of-Words technique in natural language processing: a primer for radiologists. **Radiographics**, v. 41, n. 5, p. 1420–1426, 2021.

LADLE, R. J. et al. Perceptions of Amazonian deforestation in the British and Brazilian media. **Acta amazonica**, v. 40, p. 319-324, 2010.

MANGAS, L; COSTA, L. Enquanto passava a boiada: Jornalismo, meio ambiente e política durante a pandemia na Amazônia. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 8, n. 2, p. 01-17, 2022.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge University Press, 1996.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, 36(2), 176-187, 1972.

MELLO, N. G. R.; ARTAXO, P. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 108-129, 2017.

NEPSTAD, D. et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, v. 344, n. 6188, p. 1118-1123, 2014.

PALMER, A. W. (1996). **News from the Amazon rainforest: the social construction of an environmental problem**. The University of Utah Press.

PEDROSO NETO, A. J. Jornalismo e despolitização. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 82-100, 2015.

SANTIAGO, A. K. A. Da ilusória paz à guerra simbólica: o uso dos números para noticiar a Amazônia em anos eleitorais. **Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade)**, Universidade Federal do Tocantins, 2024.

SCHUDSON, M. **The power of news**. Harvard University Press, 1995.

TUCHMAN, G. (1978). **Making news: A study in the construction of reality**. Free Press.

WEST, T.; FEARNSIDE, P. Brazil's conservation reform and the reduction of deforestation in Amazonia. **Land use policy**, v. 100, p. 105072, 2021.

ZELIZER, B. (2015). Terms of choice: Uncertainty, journalism, and crisis. **Journal of Communication**, 65(5), 888-908.